

Processo Seletivo para ingresso no Programa de Residência Jurídica no âmbito  
do Poder Judiciário do Estado de Goiás

# RESIDENTE JURÍDICO

## CADERNO DE QUESTÕES

16/06/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Direito Administrativo	01 a 10
Direito Civil	11 a 25
Direito Constitucional	26 a 35
Direito Penal	36 a 50
Direito Processual Civil	51 a 65
Direito Processual Penal	66 a 80
Prova Discursiva	-

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Zelar pelos animais é um ato de amor.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta cinco alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consta de 2 (duas) questões discursivas que abordam conhecimentos elencados no conteúdo programático, a serem respondidas em até 30 (trinta) linhas cada.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

**PROCESSO SELETIVO**

**QUESTÃO 01**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, há a disposição de que

- (A) as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (B) o refinanciamento da dívida pública constará juntamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (C) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- (D) a consignação na lei orçamentária de crédito é permitida, mesmo que pautada em finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (E) a lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, desde que esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

**QUESTÃO 02**

No que tange à improbidade administrativa, conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, tem-se que

- (A) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, mesmo que sem comprovação de ato culposo e/ou doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa do servidor.
- (B) os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (C) desde que integrantes da administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (E) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de participação e/ou benefícios diretos.

**QUESTÃO 03**

Sobre a Ação Popular, devidamente regulada pela Lei nº 4.717/1965, indica-se, dentre outros, como requisito

- (A) qualquer pessoa, brasileira nata ou naturalizada, residente ou turista, será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público.
- (B) o Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe permitido, ocasionalmente, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- (C) a sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, cabendo ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em dolo.
- (D) a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *inter partes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova ou fato desconhecido.
- (E) o juiz competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la será quem, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município, tudo em plena conformidade com a origem do ato impugnado.

**QUESTÃO 04**

A Ação Civil Pública, regulamentada pela Lei nº 7.347/1985, quanto ao seu procedimento, é válido destacar que

- (A) as ações previstas na Lei nº 7.347/1985 serão propostas obrigatoriamente no foro do domicílio do autor, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- (B) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar facultativamente como fiscal da lei.
- (C) a Ação Civil Pública será cabível para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (D) a Ação Civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (E) o juiz poderá conceder mandado liminar, desde que submetido à justificação prévia, em decisão sujeita à apelação.

**QUESTÃO 05**

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, conforme a Constituição Federal de 1988, aplica-se, dentre outras, a seguinte medida:

- (A) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, poderá optar pelo afastamento de seu cargo, emprego ou função.
- (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório o pagamento referente à sua remuneração.
- (C) exigido o afastamento, em qualquer caso, para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (D) exigido o afastamento, em qualquer caso, para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (E) sendo segurado de regime próprio de previdência social, deverá solicitar a respectiva desfiliação desse regime, no próprio ente federativo de origem.

**QUESTÃO 06**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público estável só perderá o cargo na seguinte hipótese:

- (A) mediante instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade.
- (B) mediante sentença judicial transitada em julgado.
- (C) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, consoante lei ordinária.
- (D) mediante denúncia fundamentada de qualquer cidadão ou servidor público para superior hierárquico.
- (E) mediante extinção do respectivo cargo pela Administração Pública.

**QUESTÃO 07**

Leia o texto a seguir.

(...) serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/index.php>>. Acesso em: 08 mai. 2024. [Adaptado].

Tal definição se refere à

- (A) fundação pública.
- (B) empresa pública.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) autarquia.
- (E) agência reguladora.

**QUESTÃO 08**

Pertinente às Empresas Estatais, considerando o que estabelece a Constituição Federal de 1988, em relação ao seu exercício de exploração direta de atividade econômica, é relevante observar que

- (A) em regra, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (B) em razão de sua natureza peculiar, as empresas públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) na prática, um decreto específico regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.
- (D) com exceção da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, a Constituição Federal estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.
- (E) em termos objetivos, a empresa pública que explore atividade econômica sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 09**

Leia o texto a seguir.

(...) é toda realização material da Administração em cumprimento de alguma decisão administrativa, tal como a construção de uma ponte, a instalação de um serviço público etc.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23.<sup>a</sup> edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. Malheiros Editores. São Paulo. [Adaptado].

O texto acima apresenta o conceito de

- (A) contrato administrativo.
- (B) ato administrativo.
- (C) fato administrativo.
- (D) competência administrativa.
- (E) finalidade administrativa.

**QUESTÃO 10**

Sobre as Agências Reguladoras, em conformidade com a Lei nº 13.848/2019, considerando as suas peculiaridades, tem-se que

- (A) a natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela subordinação hierárquica, funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes.
- (B) o processo de decisão da agência reguladora referente à regulação terá caráter unipessoal, atribuído ao seu respectivo gestor, que assume, por via consequente, todas as responsabilidades dali advindas.
- (C) uma decisão colegiada, deverá convocar, periodicamente, audiência pública para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante pela sociedade.
- (D) as agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno, e elaborar e divulgar programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.
- (E) o controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Senado Federal, com auxílio da Controladoria Geral da União.

**RASCUNHO**

Leia os Textos 1 e 2 para responder às questões de 11 a 13.

### Texto 1

#### Carrefour terá de pagar mais de 800 bolsas para estudantes negros

*Acordo repara danos pela morte de cliente espancado em loja do grupo*

O grupo Carrefour terá que destinar R\$ 68 milhões para o pagamento de mais de 800 bolsas de estudo e permanência para pessoas negras em instituições de ensino superior de todo o Brasil, para reparar os danos morais coletivos como consequência da morte de João Alberto Silveira de Freitas, um homem negro que foi espancado em um supermercado da rede, em Porto Alegre, em 2020. João Alberto fazia compras com a esposa quando foi abordado violentamente por dois seguranças do supermercado. Agredido com chutes e socos por mais de 5 minutos, foi sufocado e não resistiu. O espancamento foi registrado em vídeo por uma câmera de celular. O caso ganhou repercussão nacional, principalmente, porque ocorreu às vésperas do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, e foi marcado por protestos em várias cidades do país.

A concessão das bolsas é resultado do termo de ajustamento de conduta fechado entre o Carrefour, os Ministérios Públicos Federal e do Rio Grande do Sul e as Defensorias do estado e da União. O procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico de Freitas, diz que o acordo traz consequências jurídicas importantes, como a reparação por dano moral e a responsabilização da empresa por violar direitos humanos. "Aquele ato se concretizou justamente porque era uma pessoa negra. Se fosse um homem branco, ele não seria tratado daquela forma. E esse caso é emblemático justamente porque se reconheceu, e se reconhece, que, naquela circunstância, houve um ato de discriminação racial, que provocou a morte, baseado na ideia de racismo estrutural e institucional. Não há um ato expresso de racismo, mas ele ocorreu porque era uma pessoa negra", disse Freitas.

Dos R\$ 68 milhões, R\$ 20 milhões vão para alunos de graduação, R\$ 30 milhões, para os de mestrado; R\$ 10 milhões, para os de doutorado e R\$ 8 milhões para estudantes de especialização. Caberá ao estado do Rio Grande do Sul receber o maior número de bolsas, mais de 260, seguido por Minas Gerais, com 105, e Rio de Janeiro, com 96.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/justica/noticia/2023-02/carrefour-tera-de-pagar-mais-de-800-bolsas-para-estudantes-negros>>.

Acesso em: 08 mai. 2024.

### Texto 2

No caso em tela, houve a reparação cível do grupo Carrefour em razão do ato dos seguranças abordando uma importante questão atemporal e histórica: o racismo estrutural. O racismo estrutural refere-se às maneiras pelas quais as normas, políticas e práticas sociais são moldadas de maneira a favorecer certos grupos raciais em detrimento de outros. Ele está enraizado nas fundações da sociedade e perpetua disparidades sistemáticas em acesso a oportunidades, recursos e justiça. Essas disparidades são incorporadas nas estruturas sociais e muitas vezes são mantidas inconscientemente, contribuindo para a manutenção da opressão e da desigualdade racial.

A construção de uma sociedade antirracista é fundamental para promover a igualdade, a justiça e o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade. Ao combater ativamente o racismo em todas as suas formas, podemos criar um ambiente onde as pessoas são valorizadas por sua individualidade, independentemente de sua raça ou origem étnica. Isso não apenas fortalece os laços sociais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa, onde todos têm a oportunidade de prosperar e alcançar seu pleno potencial.

O crime de racismo é uma violação grave dos direitos humanos e da dignidade das pessoas, e é por isso que é considerado inafiançável perante a lei. Além das consequências criminais, o racismo pode ter implicações na esfera cível, onde os responsáveis podem ser obrigados a reparar os danos causados às vítimas. Essa abordagem não apenas pune os perpetradores, mas também busca compensar as vítimas e promover a conscientização e educação antirracista sobre a gravidade do racismo e suas ramificações na sociedade.

Elaborado pelo(a) autor(a).

### QUESTÃO 11

Um grupo econômico é uma associação de empresas interligadas por participações societárias, controle acionário, interesses comuns ou coordenação de atividades econômicas, mas cada empresa dentro do grupo mantém sua própria personalidade jurídica distinta. De acordo com o artigo 45 do Código Civil de 2002, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado tem início com a inscrição do ato constitutivo no registro correspondente, previamente autorizada ou aprovada pelo Poder Executivo, quando necessário. Todas as alterações ocorridas no ato constitutivo devem ser devidamente averbadas no registro. O registro refere-se ao ato formal de inscrever um documento ou ato jurídico em um órgão competente, como o cartório de registro civil, cartório de registro de imóveis, junta comercial, entre outros, conforme a natureza do ato. Esse registro tem o propósito de conferir publicidade, autenticidade e eficácia jurídica ao documento ou ato, garantindo sua validade perante terceiros e permitindo sua consulta e verificação por interessados. Os registros das pessoas jurídicas do grupo econômico da notícia podem ter declarado a

- (A) individualização dos fundadores ou instituidores, e dos gerentes.
- (B) impossibilidade de reforma do ato constitutivo no tocante à administração.
- (C) representação judicial ou extrajudicial e a gestão dos fundos de passivos.
- (D) responsabilidade ou não dos membros, solidária, pelas obrigações sociais.
- (E) destinação do patrimônio em caso de condenação da pessoa jurídica.

**QUESTÃO 12**

O grupo econômico Carrefour foi também obrigado à reparação cível, com a condenação ao dano moral coletivo, pois a ação dos seguradoras ocorreu mediante qual situação?

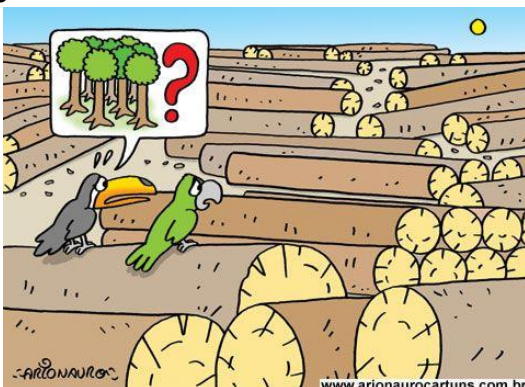
- (A) No exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- (B) No exercício da segurança ou em razão de que lhes competir.
- (C) Na prestação de serviço terceirizada contratada que lhes competir.
- (D) Na prestação de serviço que fere direitos humanos.
- (E) No exercício do trabalho sem capacitação em direitos humanos.

**QUESTÃO 13**

Mesmo sem prova do prejuízo matéria, em caso de injúria, difamação, calúnia ou homicídio, poderá haver indenização, sem excluir outras formas de reparação. Nesses casos, poderá haver condenação

- (A) ao pagamento das despesas com funeral e alimentos às pessoas dependentes pelo prazo apurado e definido, em caso de homicídio.
- (B) ao pagamento de alimentos às pessoas dependentes, de maneira vitalícia e prisão cível, em caso de homicídio.
- (C) à reparação das despesas com tratamento e ao pagamento de alimentos às pessoas dependentes, em caso de injúria, difamação ou calúnia.
- (D) ao pagamento de alimentos às pessoas dependentes, de maneira vitalícia, em caso de injúria, difamação ou calúnia.
- (E) à reparação das despesas com o tratamento da vítima, com o funeral e ao pagamento de alimentos às pessoas dependentes, em caso de homicídio e calúnia.

Leia os Textos 3 e 4 para responder às questões de 14 a 17.

**Texto 3**

Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/535998793155549156/>>.  
Acesso em: 08 mai. 2024.

**Texto 4**

No Brasil, o conceito de propriedade não é absoluto, mas sim condicionado à função social e ambiental. Isso significa que o direito de propriedade deve ser exercido de maneira a atender não apenas aos interesses individuais do proprietário, mas também aos interesses da sociedade como um todo. A legislação estabelece limites e restrições ao uso da propriedade, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo, a justiça social e a preservação do meio ambiente. Dessa forma, o exercício do direito de propriedade no país está sujeito a regulamentações que visam garantir a equidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento harmonioso da sociedade. A função social e ambiental da propriedade enfatiza que ela não deve servir apenas aos interesses do proprietário, mas também contribuir para o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente. Isso amplia a proteção dos direitos fundamentais e fortalece valores como dignidade, igualdade e liberdade, essenciais para uma sociedade justa e inclusiva. Reconhecendo os direitos intergeracionais e atemporais, é crucial evitar o mau uso da propriedade, que pode ter consequências duradouras para as futuras gerações e o meio ambiente. A função social e ambiental da propriedade atua como um importante limitador, garantindo que seu uso leve em conta não apenas os interesses imediatos do proprietário, mas também o bem-estar das comunidades presentes e futuras, além da saúde do meio ambiente.

O conceito de função social e ambiental da propriedade é aplicado tanto para imóveis urbanos quanto rurais e encontra respaldo não apenas em previsões constitucionais, mas também em princípios de direitos humanos e legislações específicas que estabelecem microssistemas de proteção ambiental e social. Embora o Código Civil de 2002 tenha uma abordagem predominantemente patrimonialista, é necessário uma interpretação que horizontalize direitos fundamentais, reconhecendo que a propriedade não deve ser exercida de forma arbitrária ou exclusivamente em benefício do proprietário, mas sim deve atender aos interesses da sociedade e proteger o meio ambiente. Essa abordagem busca equilibrar o direito de propriedade com os princípios de justiça social, sustentabilidade e dignidade humana, garantindo que o uso da propriedade contribua para o bem-estar coletivo e para a preservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

A adoção da Agenda 2030 pela ONU destaca ainda mais a importância dessa função. Centrada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a agenda busca promover um desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental. Os ODS estabelecem metas globais para enfrentar desafios urgentes como a pobreza, a fome, a igualdade de gênero, as mudanças climáticas e a justiça. Esses objetivos abrangem não apenas áreas naturais e rurais, mas também ambientes urbanos, reconhecendo a interconexão entre eles e a necessidade de abordagens integradas.

A função social e ambiental da propriedade emerge como um instrumento fundamental para alinhar o uso da propriedade, tanto em ambientes urbanos quanto rurais, com os objetivos de sustentabilidade da Agenda 2030. Isso significa utilizar a propriedade de maneira responsável, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades resilientes e saudáveis. Ao adotar essa abordagem, podemos criar um futuro mais equitativo e sustentável para todos.

Elaborado pelo(a) autor(a).

**QUESTÃO 14**

A função social e ambiental da propriedade urbana também implica responsabilidade civil, em caso de notória negligência com os reparos de um prédio urbano, expondo todos os cidadãos às ruínas e à falta de tratamento ambiental adequado. A obrigação e o(s) titular(es) da obrigação de realizar os reparos são, respectivamente,

- (A) obrigação subsidiária, proprietário e possuidor.
- (B) obrigação de fazer e proprietário.
- (C) obrigação solidária, proprietário e possuidor.
- (D) obrigação de fazer e possuidor.
- (E) obrigação subsidiária e solidária, proprietário e possuidor.

**QUESTÃO 15**

A análise sistemática do ordenamento jurídico prevê, além da proteção social e ambiental da propriedade, uma variedade de microsistemas e possibilidades jurídicas para o exercício dos direitos do proprietário. Um desses direitos é a poda ou retirada de raízes e ramos de árvore, quando voltada para um plano vertical divisório que delimite as extremidades da propriedade, conforme estabelecido pelo Código Civil de 2002. Outro exercício inerente às atividades de quem é proprietário seria

- (A) a obrigação de usar, gozar e faculdade de dispor da coisa.
- (B) o direito aos frutos originários da propriedade e caídos em terreno particular vizinho.
- (C) o direito de explorar as jazidas, minas e as árvores caídas em seu terreno.
- (D) o direito a presunção plena e exclusiva da propriedade, até prova em contrário.
- (E) a faculdade da concessão de direito real de uso.

**QUESTÃO 16**

O dano ambiental configurado em uma propriedade gera um tipo de obrigação específica do direito das coisas com consequências na responsabilidade civil. Essa obrigação é chamada de

- (A) solidária.
- (B) integrativa.
- (C) alternativa.
- (D) *propter rem*.
- (E) subsidiária.

**QUESTÃO 17**

Toda construção ou plantação existente em um terreno presume-se feita pelo

- (A) proprietário e à sua custa, até que se prove o contrário.
- (B) possuidor e à custa do proprietário, mediante prova testemunhal.
- (C) possuidor e à sua custa, até que se prove o contrário.
- (D) proprietário e à custa do possuidor, mediante prova documental.
- (E) proprietário e à custa do possuidor, mediante rateio.

Leia os Textos 5 e 6 para responder às questões de **18 a 20**.

**Texto 5****Sr. Barriga revela a dívida atualizada do Seu Madruga: '120 mil euros!'**

Edgar Vivar, o Sr. Barriga, falou na CCXP Worlds sobre o cancelamento das transmissões de "Chaves" e "Chapolin", motivado por uma briga entre a rede Televisa, que comercializava os direitos, e o Grupo Chesperito, dono das histórias. "Foi em todo o mundo. Os direitos de transmissão pertencem agora ao filho de Roberto Gomez Bolaños. Não fizeram negócio entre ele e a Televisa. As negociações estão suspensas. Acho que para o próximo ano Chaves vai voltar, com certeza!"

Entre divertidas curiosidades, Vivar revelou qual seria o tamanho da dívida do Seu Madruga pelos aluguéis atrasados. E os 14 meses de aluguéis atrasados? O ator falou sobre os comentários que ouve até hoje dos fãs que cresceram assistindo à série e até revelou quanto seria a dívida total do seu Madruga atualmente pelos aluguéis atrasados. "[Uns dizem] 'Eu não vou poder pagar o aluguel', outros dizem, 'vou pagar o aluguel do seu Madruga para você não cobrar'. Algumas pessoas fizeram o cálculo de quanto seriam [hoje] 14 meses de aluguel atrasados. São como 120 mil euros!"

Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/12/05/seu-barriga-comenta-interruptao-de-chaves-negociacoes-suspensas.htm>>.  
Acesso em: 13 mai. 2024.

**Texto 6**

No popular seriado mexicano "Chaves", Seu Barriga e Seu Madruga são personagens emblemáticos que protagonizam muitas das situações cômicas que encantaram gerações. Seu Barriga, o proprietário da vila onde se passa a história, é constantemente confrontado por Seu Madruga, um dos moradores mais carismáticos e icônicos. Uma das piadas recorrentes é o fato de Seu Madruga sempre dever 14 meses de aluguel para Seu Barriga, uma dívida que parece nunca ser paga. De forma frequente na dinâmica do seriado de humor, o personagem do Seu Barriga exerce o direito de cobrança dos aluguéis, indo diretamente ao domicílio do personagem Seu Madruga, sempre sem êxito no pagamento. Essa dinâmica entre os dois personagens reflete não apenas a comédia física e os jogos de palavras característicos do programa, mas também aborda questões mais profundas sobre relações de poder, desigualdade social e as lutas diárias da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que desperta risadas, essa situação também proporciona uma reflexão sobre a complexidade das relações interpessoais e as nuances da vida cotidiana.

Elaborado pelo(a) autor(a).



**QUESTÃO 18**

O cancelamento das transmissões de "Chaves" e "Chapolin", gerada entre a empresa Televisa e o Grupo Chesperito, é uma obrigação de

- (A) fazer.
- (B) não fazer.
- (C) dar coisa certa.
- (D) não dar coisa certa.
- (E) pagar valor líquido.

**QUESTÃO 19**

Fãs do seriado atualizaram o valor da dívida de 14 meses de alugueis devidos pelo personagem Seu Madruga e chegaram ao valor da notícia. No direito brasileiro, há regras para a inadimplência representada pelo personagem, incluindo a mora e atualizações monetárias, além de perdas e danos, juros e atualização monetária conforme índices oficiais regularmente estabelecidos. Nesse sentido, purga-se em mora por parte do

- (A) devedor, oferecendo este a prestação somada a importância dos prejuízos.
- (B) credor, obrigando-se este a receber o pagamento diverso do acordado.
- (C) devedor, oferecendo este a prestação mais valiosa que os prejuízos.
- (D) credor, obrigando-se este a receber o pagamento sem prejuízos.
- (E) devedor, oferecendo-se este ao pagamento de prestação sem mora.

**QUESTÃO 20**

Conforme a Teoria do Adimplemento no Direito das Obrigações, o pagamento

- (A) em aumento progressivo de prestações sucessivas é ilícito.
- (B) em ouro ou em moeda estrangeira é lícito.
- (C) em regra será realizado no domicílio do credor.
- (D) em prestação diversa será devido quando mais valiosa.
- (E) em regra será realizado no domicílio do devedor.

**QUESTÃO 21**

O Código Civil prevê que a pretensão de Seu Barriga em cobrar os alugueis atrasados tem como regra geral qual prazo?

- (A) Anual.
- (B) Bienal.
- (C) Trienal.
- (D) Quinquenal.
- (E) Imprescritível.

Observe o Texto 7 para responder às questões de 22 a 25.

**Texto 7**

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mediacoes-como-solucao-de-conflitos-empresariais-crescem,d51316befcc8991ae0b874b713370176xueya4z0.html>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

**QUESTÃO 22**

Se no contrato houver onerosidade excessiva ou pagamento indevido, qual é a previsão legal para as partes?

- (A) Quem pagou algo que não devia, por escolha própria, precisa provar que o fez por erro.
- (B) Quem recebeu algo que não era dele precisa restituir independentemente de prova.
- (C) A quem enriqueceu às custas de outra pessoa sem motivo válido é facultado restituir.
- (D) Quem enriqueceu recebendo algo específico tem obrigação alternativa de restituir.
- (E) Quem pagou algo que não devia, por escolha própria, precisa provar que o fez por dolo.



**QUESTÃO 23**

Qual o prazo prescricional da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa?

- (A) Dois anos.
- (B) Três anos.
- (C) Cinco anos.
- (D) Dez anos.
- (E) Trinta anos.

**QUESTÃO 24**

O Código Civil possui previsões inibitórias e com sanções cíveis nos casos de onerosidade excessiva e de enriquecimento sem causa. Por exemplo, há previsão da possibilidade de pleito por uma das partes, para redução ou a alteração da obrigação. O que se pretende é a garantia do equilíbrio contratual, aplicando o princípio da função social dos contratos, até o final da execução. Considerando o direito dos contratos e a charge, caso não ocorra o equilíbrio contratual, e sendo configurado o enriquecimento sem causa, o personagem tem o direito de

- (A) restituição por enriquecimento sem causa se houver lei.
- (B) imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento.
- (C) restituição do indevidamente auferido.
- (D) atualização monetária se houver previsão contratual.
- (E) reparação cível se forem presumidos os danos.

**QUESTÃO 25**

O excesso nas cláusulas do contrato, como evidenciado na charge, representa uma característica abordada tanto na teoria dos fatos e negócios jurídicos quanto na teoria dos contratos. De acordo com a Escada Ponteano, as cláusulas de um contrato, independentemente de serem acessórias ou não, devem atender aos requisitos de validade. O excesso nas cláusulas do contrato demonstrada na charge, nesse sentido, retrata um negócio jurídico

- (A) não defeso em lei ou nulo.
- (B) prescrito ou anulável.
- (C) nulo ou anulável.
- (D) determinável ou nulo.
- (E) impossível ou anulável.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 26**

Leia o caso a seguir.

Durante um conflito internacional envolvendo a nação A e seu vizinho B, a nação A acusa B de violar os direitos humanos de sua minoria étnica. Em resposta, B alega que está lidando com terroristas infiltrados entre a população minoritária. O Brasil, mantendo relações diplomáticas com ambas as nações, decide intervir de maneira a mediar o conflito, promovendo um encontro diplomático em seu território.

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, como a ação brasileira é explicada com base nos princípios que regem as relações internacionais do Brasil?

- (A) O Brasil agiu corretamente, apoiando a autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos, mas violou o princípio de não-intervenção ao mediar diretamente no conflito.
- (B) A mediação brasileira foi inapropriada, pois contradiz o princípio de igualdade entre os Estados, dando preferência a um dos lados ao oferecer território nacional para as negociações.
- (C) O envolvimento do Brasil no conflito é um exemplo de repúdio ao terrorismo e ao racismo, porém, a ação contraria o princípio de prevalência dos direitos humanos, pois não impôs sanções a B.
- (D) Ao mediar o conflito, o Brasil priorizou a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, mas negligenciou seu compromisso com a integração cultural e social dos povos da América Latina, desviando-se de seus objetivos regionais.
- (E) O Brasil, ao mediar o conflito, exerceu corretamente seus princípios de defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, sem violar o princípio de não-intervenção, pois agiu como mediador a pedido das partes oferecendo seu território para o encontro diplomático.

**QUESTÃO 27**

Analise o caso a seguir.

Um servidor público estadual teve ciência, em 10 de maio de 2024, de que seu pedido de promoção, encaminhado em 10 de janeiro do mesmo ano foi indevidamente negado pela administração pública em 12 de fevereiro devido a um erro de interpretação das normas aplicáveis. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, o servidor está considerando buscar reparação judicial.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o prazo decadencial para a propositura de um mandado de segurança, responda qual é o último mês em que o servidor pode impetrar mandado de segurança para contestar a decisão administrativa que negou sua promoção, sem que seu pedido seja considerado extinto pela decadência?

- (A) Junho.
- (B) Julho.
- (C) Agosto.
- (D) Setembro.
- (E) Novembro.

**QUESTÃO 28**

Leia o caso a seguir.

L.M. foi detido por autoridades locais sob a alegação de desacato durante uma manifestação pacífica. A prisão ocorreu sem mandado judicial e sem que L.M. tivesse cometido qualquer ato de violência ou desordem. Ele foi mantido em detenção sem acesso a um advogado e sem a possibilidade de comparecer imediatamente perante um juiz para questionar a legalidade de sua detenção.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Diante desse cenário, qual a medida jurídica adequada para o exercício da liberdade de locomoção do homem?

- (A) Pedir a um familiar que impetre um *habeas corpus* para sua liberação, argumentando que sua detenção é ilegal e constitui um abuso de poder.
- (B) Aguardar a intervenção do Ministério Público, que tem o dever constitucional de zelar pelos direitos dos cidadãos em situações de detenção arbitrária.
- (C) Solicitar um mandado de segurança para contestar a legalidade de sua detenção, uma vez que ele acredita que seus direitos constitucionais foram violados.
- (D) Registrar uma queixa formal junto ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando uma revisão do comportamento das autoridades policiais durante a manifestação.
- (E) Procurar compensação por danos morais após a liberação, sem buscar medidas judiciais imediatas para contestar a detenção já que as autoridades policiais possuem competência para o ato de prisão.

**QUESTÃO 29**

Observe o caso a seguir.

Após perder uma ação em última instância em um tribunal estadual, uma advogada decidiu interpor um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando violação direta à Constituição Federal. O argumento principal baseava-se no não cumprimento de um direito constitucional expresso durante o julgamento de seu caso. No STF, o recurso extraordinário é inicialmente analisado quanto à sua admissibilidade antes de ser julgado em mérito.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o procedimento de admissão desse tipo de recurso, quantos ministros do STF precisam manifestar-se pela não admissão do recurso para que ele seja efetivamente recusado?

- (A) 09 (nove) ministros.
- (B) 08 (oito) ministros.
- (C) 07 (sete) ministros.
- (D) 06 (seis) ministros.
- (E) 05 (cinco) ministros.

**QUESTÃO 30**

Analise o caso a seguir.

Após a aposentadoria de um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), surge a necessidade de nomeação de um novo ministro para preencher a vaga. O presidente da República deve seguir o procedimento constitucional para a nomeação, que inclui a escolha de um candidato qualificado dentre as listas tríplices enviadas pelos tribunais. O candidato selecionado é um desembargador de um Tribunal de Justiça, conhecido por seu saber jurídico e reputação ilibada. Antes que a nomeação seja oficializada, o candidato deve passar por uma etapa crucial conforme o processo de nomeação estabelecido pela Constituição.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base nesse contexto, qual deve ser o próximo passo do processo de nomeação de um ministro do STJ?

- (A) O candidato deve ser submetido e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal, após ser escolhido pelo presidente da República.
- (B) O candidato deve primeiro passar por uma série de testes e exames de qualificação jurídica realizados pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (C) O candidato deve ser eleito pelos próprios membros do STJ, garantindo que o novo ministro seja escolhido por seus futuros colegas.
- (D) O candidato deve ser aprovado por uma votação popular nacional, como forma de validação pública de sua nomeação para o cargo.
- (E) O candidato é automaticamente nomeado pelo presidente da República, sem necessidade de aprovação adicional, baseando-se apenas na lista tríplice.

**QUESTÃO 31**

Leia o caso a seguir.

A União decide fundar uma empresa pública para operar uma rede de transporte ferroviário nacional, argumentando que é essencial para garantir a mobilidade urbana e interurbana, bem como para apoiar o desenvolvimento econômico. A nova empresa, chamada F. N., visa fornecer uma alternativa de transporte eficiente e acessível, reduzindo a dependência do transporte rodoviário, que está saturado e é poluente.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando a Constituição Federal de 1988, que regula a exploração de atividade econômica pelo Estado, e as especificações sobre empresas públicas, como pode ser avaliada a conformidade legal da iniciativa descrita no texto?

- (A) A União não deveria operar F. N. diretamente, mas sim facilitar concessões para o setor privado gerir os serviços de transporte ferroviário.
- (B) A F. N. é permitida apenas se houver comprovação de que não existem alternativas viáveis no setor privado para fornecer o mesmo serviço.
- (C) A F. N. pode ser criada pela União, mas deve operar sob as mesmas condições fiscais que as empresas privadas, sem privilégios especiais.
- (D) A decisão de criar F. N. é inconstitucional, pois a exploração de atividades econômicas pela União só é permitida em casos de monopólios naturais.
- (E) A criação da F. N. é injustificada, pois não é necessária ao interesse coletivo e à segurança nacional, portanto, é plenamente desconforme à Constituição.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 32**

Leia o caso a seguir.

Uma mulher reside em uma área urbana de 240 metros quadrados desde janeiro de 2015. Ela e sua família utilizam o local exclusivamente para moradia, sem enfrentar qualquer oposição ou contestação de terceiros. Ela não possui outros imóveis urbanos ou rurais. Em março de 2020, ela decidiu solicitar o reconhecimento de domínio por usucapião com base no artigo 183 da Constituição Federal. No entanto, o imóvel em questão foi originalmente destinado a uso público.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando essas informações contextuais, qual será o resultado do pedido de reconhecimento de domínio por usucapião da mulher?

- (A) A mulher tem direito ao reconhecimento do domínio por usucapião, visto que cumpriu todos os requisitos previstos na Constituição Federal.
- (B) A mulher pode adquirir o domínio por usucapião se provar que o imóvel não teve a destinação efetiva de sua afetação e está desocupado.
- (C) O direito a usucapião pode ser concedido à mulher mais de uma vez, desde que os imóveis subsequentes também sejam de uso público e desocupados.
- (D) O direito da mulher ao domínio do imóvel por usucapião será reconhecido se ela se divorciar, assegurando que o imóvel seja registrado em seu nome exclusivo.
- (E) A mulher não pode adquirir o domínio por usucapião, pois o imóvel é de uso público e, portanto, está expressamente excluído pela legislação dessa possibilidade de aquisição.

**QUESTÃO 33**

Analise o caso a seguir.

J. M., mãe de dois filhos, P. e L., enfrenta desafios em relação à educação deles. P., de 16 anos, gostaria de frequentar o ensino médio noturno devido ao seu trabalho diurno, enquanto L., de 7 anos, tem necessidades especiais e requer atendimento educacional especializado. A escola local, no entanto, não oferece ensino médio noturno e tem deficiências significativas no atendimento educacional especializado para L.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no direito à educação, quais são os direitos constitucionalmente garantidos aos filhos de J. M.?

- (A) A escola local está em conformidade com a legislação, pois o ensino médio noturno e o atendimento educacional especializado não são obrigatórios.
- (B) O Estado tem a obrigação de oferecer ensino médio noturno a P. e atendimento educacional especializado a L., conforme as garantias constitucionais.
- (C) J. M. deve procurar serviços privados de educação para seus filhos, visto que o ensino público não é capaz de atender às necessidades específicas de P. e L.
- (D) Apenas L. tem o direito de exigir atendimento educacional especializado, enquanto o ensino médio noturno para P. é uma opção que a escola pode oferecer a seu critério.
- (E) P. e L. não têm direito a reivindicar ensino noturno e atendimento especializado, respectivamente, pois tais serviços dependem da disponibilidade de recursos do município.

**QUESTÃO 34**

Leia o caso a seguir.

O estado de G. realizou uma ação discriminatória e arrecadou uma grande área de terra, localizada em uma região conhecida por sua rica biodiversidade e ecossistemas vulneráveis. A intenção declarada do estado é preservar essa área para proteger os ecossistemas naturais existentes. Uma empresa de mineração, interessada em explorar recursos na região, desafiou a ação do estado, alegando que a terra deveria estar disponível para uso econômico, o que gerou um debate jurídico.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O correto tratamento, do ponto de vista constitucional, às terras do caso acima, com base na legislação que trata da indisponibilidade de terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, seria:

- (A) o estado de G. não pode declarar as terras como indisponíveis, pois isso viola o direito de propriedade e desenvolvimento econômico.
- (B) a empresa de mineração tem direito de explorar a área, desde que prove que a atividade não afetará negativamente os ecossistemas locais.
- (C) as terras arrecadadas pelo estado em ações discriminatórias podem ser disponibilizadas para uso econômico se houver compensação ambiental.
- (D) as terras arrecadadas pelos estados, quando destinadas à proteção dos ecossistemas naturais, são consideradas indisponíveis, independentemente de interesse econômico.
- (E) o estado deve devolver as terras à comunidade local, caso alegue que tem um uso tradicional e sustentável dela, mesmo que seja para a proteção dos ecossistemas.

**QUESTÃO 35****RASCUNHO**

Veja o caso a seguir.

M. e J. estão juntos há 10 anos e têm dois filhos. Eles vivem em união estável e recentemente decidiram converter sua relação em casamento civil. Durante o processo, J. também expressou interesse em garantir que sua união religiosa com M. tenha efeito civil. Após a celebração do casamento civil, eles desejam adotar um planejamento familiar responsável, buscando orientações do Estado.

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com os dispositivos sobre a proteção da família e os direitos e deveres dos cônjuges, um direito constitucional que poderá ser exercido no caso de M. e J. é:

- (A) o casamento religioso de M. e J. só terá efeito civil se celebrado após o registro do casamento civil no cartório correspondente.
- (B) o planejamento familiar pode ser assistido pelo Estado, permitindo a forma coercitiva por parte de instituições oficiais para o exercício desse direito.
- (C) M. e J. têm direito a uma celebração de casamento civil gratuita, e podem garantir efeitos civis ao seu casamento religioso, conforme a legislação.
- (D) M. ou J., após o casamento civil, poderão exigir exclusivamente um do outro o cumprimento dos deveres conjugais, já que os direitos e deveres não são exercidos igualmente.
- (E) a conversão da união estável de M. e J. em casamento civil, apesar de as exigências legais requererem procedimentos complexos e burocráticos.

**QUESTÃO 36**

Leia o caso a seguir.

Um pai de família, que nunca havia praticado crime algum, deseja presentear sua filha com um vestido no dia de seu aniversário, mas está desempregado. Após entrar em uma loja de departamento de um shopping, aproveitando-se da ausência de seguranças no local, colocou o vestido, que custava R\$ 100,00 (cem reais), em seu casaco. O fato foi capturado pelas câmeras de vigilância da loja e informado aos seguranças do shopping, que detiveram o homem antes que este deixasse o shopping, quando já estava fora da loja.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O fato praticado pelo homem configura

- (A) crime impossível porque a presença das câmeras de vigilância e o serviço dos seguranças tornaram impossível a realização do resultado.
- (B) crime de furto consumado porque ocorreu a inversão da posse sobre o bem por um período, afastado o reconhecimento de privilégio.
- (C) fato típico, porém, não culpável, porque incide o princípio da insignificância por ser inexpressiva a lesão jurídica provocada e reduzidíssimo o grau de reprovabilidade da conduta.
- (D) crime de furto tentado porque o autor foi impedido de deixar o shopping e, com isso, não retirou o bem da esfera patrimonial da vítima, afastado o reconhecimento de privilégio.
- (E) fato atípico porque incide o princípio da insignificância por ser inexpressiva a lesão jurídica provocada e reduzidíssimo o grau de reprovabilidade da conduta.

**QUESTÃO 37**

Leia o texto a seguir.

[...] impõe-se sua intervenção mínima, somente devendo atuar para proteção dos bens jurídicos de maior relevância e transcendência para a vida social. Em outras palavras, não cabe ao Direito Penal, como instrumento de controle mais rígido e duro que é, ocupar-se de condutas insignificantes, que ofendem com o mínimo grau de lesividade o bem jurídico tutelado. [...] Só cabe ao Direito Penal intervir quando outros ramos do direito se demonstrarem ineficazes para prevenir práticas delituosas.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ag. Reg. no Habeas Corpus/RJ nº 187.500, Rel. Gilmar Mendes, j. 12 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755865648>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

O princípio da intervenção mínima, nos termos do trecho citado, se expressa em outros dois princípios do Direito Penal, que são:

- (A) fragmentariedade e subsidiariedade.
- (B) subsidiariedade e adequação social.
- (C) fragmentariedade e adequação social.
- (D) subsidiariedade e alteridade.
- (E) fragmentariedade e alteridade.

**QUESTÃO 38**

O sistema de teoria do crime que inspirou a parte geral do Código Penal brasileiro é o finalista, que, embora possa ser considerado ultrapassado em alguns pontos na atualidade, representou uma evolução em relação aos sistemas clássico e neoclássico. Os três sistemas dividem os elementos do crime em duas categorias: o injusto e a culpabilidade. É um aspecto característico do sistema finalista

- (A) a imputabilidade como mero pressuposto da culpabilidade.
- (B) a culpabilidade caracterizada a partir de elementos psicológicos e normativos.
- (C) a culpabilidade caracterizada a partir de elementos psicológicos.
- (D) o dolo como elemento do tipo penal inserido no injusto.
- (E) a culpa como elemento do tipo penal inserido na culpabilidade.

**QUESTÃO 39**

Leia os casos a seguir.

I – Um homem invade, durante o dia, a residência de uma família que está viajando com a intenção de furtar bens em seu interior, nela ingressando com emprego de chave falsa. Ao ter uma crise de consciência enquanto selecionava os bens que seriam furtados, deixa o local voluntariamente sem nada levar.

II – Um jovem maior de idade furta um videogame de última geração no interior da residência da família vizinha, escalando e transpondo um alto muro divisivo entre as casas enquanto os moradores estavam ausentes. Dias depois, ao ser surpreendido em posse da coisa furtada pelos seus pais, é repreendido e decide espontaneamente devolver o videogame aos vizinhos. O fato criminoso não havia sido denunciado.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Os autores dos fatos narrados nos casos I e II responderão por quais crimes?

- (A) no caso I, tentativa de furto qualificado; no caso II, furto qualificado com redução de pena.
- (B) no caso I, violação de domicílio; no caso II, furto qualificado com redução de pena.
- (C) no caso I, violação de domicílio; no caso II, tentativa de furto qualificado com redução de pena.
- (D) nos casos I e II, violação de domicílio, apenas.
- (E) nos casos I e II, tentativa de furto qualificado com redução de pena.

**QUESTÃO 40**

Considerando o previsto no Código Penal acerca da fixação do regime inicial do cumprimento de pena, aplica-se, em regra, o regime semiaberto nos crimes apenados com

- (A) reclusão pelo prazo máximo de quatro anos, ainda que o condenado seja reincidente.
- (B) reclusão pelo prazo máximo de quatro anos, desde que o condenado não seja reincidente.
- (C) detenção por prazo superior a quatro anos, ainda que o condenado seja reincidente.
- (D) detenção por prazo superior a oito anos, desde que o condenado não seja reincidente.
- (E) reclusão por prazo superior a oito anos, desde que o condenado não seja reincidente.

**QUESTÃO 41**

Analise o caso a seguir.

Um homem foi condenado, em decisão definitiva transitada em julgado, pelo crime de roubo com emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito, fato criminoso praticado em 30 de julho de 2020. O homem era réu primário, ou seja, não reincidente.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso em tela, o apenado tem direito à progressão de regime após cumprimento de, pelo menos,

- (A) 60% da pena.
- (B) 50% da pena.
- (C) 40% da pena.
- (D) 25% da pena.
- (E) 20% da pena.

**QUESTÃO 42**

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) prevê a remição da pena pelo trabalho, remindo um dia de pena a cada três dias de trabalho,

- (A) inclusive nos períodos de afastamento em decorrência de acidente de trabalho, não havendo menção expressa à remição pelo estudo.
- (B) e pelo estudo, remindo um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, presenciais ou à distância, divididas em pelo menos três dias.
- (C) e pelo estudo, remindo um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, presenciais ou à distância, que podem ser realizadas num único dia.
- (D) e pelo estudo, remindo um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, exclusivamente presenciais, divididas em pelo menos três dias.
- (E) e pelo estudo, remindo um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, exclusivamente presenciais, que podem ser realizadas num único dia.

**QUESTÃO 43**

O crime de feminicídio, elencado como espécie de homicídio qualificado na parte especial do Código Penal,

- (A) terá aumento da pena se dirigido contra mulher gestante, mas não haverá aumento se praticado contra mulher em qualquer momento seguinte ao parto.
- (B) se configura com a conduta de “matar alguém” dirigida a uma mulher, por qualquer motivo, bastando o homicídio ser dirigido contra mulher para caracterizar feminicídio.
- (C) terá aumento da pena se praticado na presença física ou virtual de descendente, ascendente ou parente colateral de até segundo grau da vítima.
- (D) se configura com a conduta de “matar alguém” dirigida a uma mulher por razões da condição de sexo feminino, o que se afasta no contexto da violência doméstica.
- (E) terá aumento da pena se praticado no contexto de descumprimento das medidas protetivas de urgência fixadas nos termos da Lei Maria da Penha.

**QUESTÃO 44**

Leia o caso a seguir.

Uma adolescente de 13 anos e meio de idade cria perfil em uma página de relacionamentos numa rede social, no qual informa ter 14 anos de idade. A adolescente possui aparência compatível com a idade informada no perfil. Um jovem de 20 anos manifesta interesse pelo perfil e com ela inicia diálogos que culminam num encontro no qual, com consentimento da adolescente, trocam beijos e carícias íntimas, mas não praticam conjunção carnal. Após ver o casal em público, um amigo do jovem, que conhecia a adolescente, o informa sobre a verdadeira idade dela. Em razão disso, o jovem rompe com a adolescente que, inconformada com o fim do relacionamento, procura a delegacia acompanhada de seus pais e o denuncia por estupro de vulnerável.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O fato praticado pelo jovem no caso narrado é

- (A) atípico porque ficou configurado o erro de proibição inevitável.
- (B) típico e punível como fato tentado porque não houve a prática de conjunção carnal.
- (C) típico e não punível porque ficou configurado o erro de proibição inevitável.
- (D) típico e punível como fato consumado porque basta a prática de ato libidinoso.
- (E) atípico porque ficou configurado o erro de tipo inevitável.



**QUESTÃO 45**

O crime de extorsão mediante sequestro, que se configura pela conduta de "sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate", possui figuras típicas qualificadas no Código Penal. Entretanto, a princípio, um indivíduo praticará uma extorsão mediante sequestro da modalidade simples, sem incidência de qualificadora, quando

- (A) durar menos de vinte e quatro horas o sequestro.
- (B) contar a vítima com mais de sessenta anos.
- (C) for produzido o resultado lesão corporal grave.
- (D) contar a vítima com menos de dezoito anos.
- (E) for produzido o resultado morte.

**QUESTÃO 46**

Analise o caso a seguir.

Uma funcionária pública ocupante de cargo em comissão na administração direta estadual está cursando pós-graduação. A funcionária é ré primária e tem bons antecedentes. Estando com problemas no seu computador pessoal, certo dia leva para sua casa clandestinamente o computador da repartição para redação de um artigo científico, com intenção de devolvê-lo no dia seguinte, o que de fato fez (Fato 1). Alguns dias depois, após fazer orçamento numa gráfica e receber a informação de que gastaria cerca de R\$ 100,00 (cem reais) para imprimir as cópias de seu artigo para avaliação no curso, utiliza a impressora e as folhas de papel A4 da repartição pública onde está lotada (Fato 2).

Elaborado pelo(a) autor(a).

Acerca dos fatos narrados, considerando o previsto no Código Penal e o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a funcionária pública comissionada praticou

- (A) crime de peculato no segundo fato, incidindo a causa de aumento de pena por ser ocupante de cargo em comissão, mas não praticou crime no primeiro fato.
- (B) dois crimes de peculato, incidindo a causa de aumento de pena em razão da continuidade delitiva e a causa de aumento de pena por ser ocupante de cargo em comissão.
- (C) dois fatos atípicos em razão da configuração de peculato de uso no primeiro fato e da incidência do princípio da insignificância no segundo fato.
- (D) dois crimes de peculato, incidindo a causa de aumento de pena em razão da continuidade delitiva, afastada a causa de aumento de pena por ser ocupante de cargo em comissão.
- (E) crime de peculato no segundo fato, afastada a causa de aumento de pena por ser ocupante de cargo em comissão, mas não praticou crime no primeiro fato.

**QUESTÃO 47**

Um comerciante que engana um consumidor no exercício de atividade comercial vendendo como verdadeira uma mercadoria falsificada pratica

- (A) crime de alienação fraudulenta de coisa própria.
- (B) crime de estelionato.
- (C) crime de fraude no comércio.
- (D) crime contra as relações de consumo.
- (E) contravenção penal.

**QUESTÃO 48**

A Lei nº 9.099/1995 deixará de ser aplicada aos

- (A) crimes culposos com pena máxima não superior a dois anos.
- (B) crimes cometidos sem violência com pena máxima não superior a dois anos.
- (C) crimes expressamente afastados do seu âmbito de aplicação por legislação específica.
- (D) crimes cometidos com violência com pena máxima não superior a dois anos.
- (E) contravenções penais cuja pena máxima seja superior a dois anos.

**QUESTÃO 49**

É considerado crime ambiental, nos termos da Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente,

- (A) pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- (B) praticar abate de animal silvestre com enfermidade infectocontagiosa, resgatado pelas autoridades de cativeiro.
- (C) realizar experiência dolorosa em animal vivo para fins científicos quando não existirem recursos alternativos.
- (D) praticar eutanásia em animal doméstico de idade avançada acometido com doença grave ou mal incurável.
- (E) pescar espécime de peixe sem a devida permissão, licença ou autorização ou em desacordo com a licença obtida.

**QUESTÃO 50**

Leia o caso a seguir.

Um homem é submetido licitamente a uma batida policial, e uma arma de fogo com numeração raspada, com sinais de identificação adulterados é encontrada em seu porta-luvas. O homem informa aos policiais que é integrante das forças armadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tomando apenas as informações disponíveis no caso narrado e considerando o disposto na Lei nº 10.826/2003, o homem praticou

- (A) crime de posse irregular de arma de fogo de uso restrito.
- (B) crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (C) crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- (D) crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (E) fato atípico, por ser integrante das forças armadas.

**RASCUNHO****RASCUNHO**

**QUESTÃO 51**

Segundo o Código de Processo Civil Brasileiro, na cooperação judiciária em que, no Estado brasileiro, for recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central brasileira o encaminhará

- (A) à Advocacia Geral da União.
- (B) ao Superior Tribunal de Justiça.
- (C) ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) à Corte Internacional de Justiça.
- (E) ao Superior Tribunal Militar.

**QUESTÃO 52**

A representação em juízo é instrumento da capacidade processual. Se as pessoas naturais podem se representar perante os órgãos jurisdicionais, as pessoas jurídicas de direito público e privado são representadas por outrem. De acordo com o Código de Processo Civil, a massa falida é representada, ativa e passivamente

- (A) pelas procuradorias municipais.
- (B) pelos inventariantes legais.
- (C) pelos diretores executivos.
- (D) pelos administradores judiciais.
- (E) pelos credores executivos.

**QUESTÃO 53**

De acordo com o Código de Processo Civil, é vedado ao advogado postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente. Nesses casos de urgência, deverá juntar nos autos a procuração no prazo de

- (A) 2 (dois) dias.
- (B) 5 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.
- (E) 20 (vinte) dias.

**QUESTÃO 54**

De acordo com o Código de Processo Civil, se, no curso do processo, o juiz intima a parte autora para realizar a impugnação da contestação do autor, esse pronunciamento judicial se enquadra como

- (A) decisão interlocutória.
- (B) despacho judicial.
- (C) sentença de mérito.
- (D) fiscalização processual.
- (E) inspeção judicial.

**QUESTÃO 55**

Segundo a legislação processual civil, os atos processuais serão realizados em dias

- (A) corridos, das 7h às 19h.
- (B) úteis, das 7h às 20h.
- (C) úteis, das 6h às 20h.
- (D) corridos, das 6h às 20h.
- (E) corridos, das 7h às 20h.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 56**

De acordo com o Código de Processo Civil, a citação por hora certa ocorre quando,

- (A) por 3 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado e encontrado o citando em seu domicílio ou residência. O oficial de justiça deverá, então, havendo recusada, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- (B) por 3 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar. O oficial de justiça deverá, então, sem que haja suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- (C) por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência e, o encontrando, deverá, mesmo sem ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- (D) por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o autor em seu domicílio ou residência sem o encontrar. O oficial de justiça deverá, então, havendo suspeita de ocultação, intimar terceiro desinteressado ou qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- (E) por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar. O oficial de justiça deverá, então, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

**QUESTÃO 57**

O valor da causa, de acordo com o Código de Processo Civil, na ação ou na reconvenção, deverá ser, na ação

- (A) de alimentos, a soma de 10 (dez) prestações mensais pedidas pelo autor.
- (B) de divisão o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido.
- (C) indenizatória, o valor pretendido, exceto na ação a fundada em dano moral.
- (D) em que há cumulação de pedidos, o de maior valor entre todos eles.
- (E) em que os pedidos são alternativos, a soma de todos os valores.

**QUESTÃO 58**

De acordo com as regras processuais, o pedido deve ser certo. Todavia, é possível formular pedido genérico nas ações

- (A) universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados.
- (B) em que for possível determinar as consequências do ato ou do fato.
- (C) cuja determinação do objeto depender de ato praticado pelo autor.
- (D) de alimentos, se o autor não puder individualizar as suas necessidades.
- (E) declaratórias, pois o autor não pode precisar o valor da condenação.

**QUESTÃO 59**

De acordo com o Código de Processo Civil, nas causas em que está dispensada a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, pode julgar liminarmente improcedente o pedido, se este contrariar

- (A) enunciado de súmula do Conselho Nacional de Justiça ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de recursos individuais.
- (C) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- (D) enunciado de súmula de tribunal de justiça ou tribunais federais sobre direito nacional ou internacional.
- (E) entendimento firmado pelo tribunal local em mandado de segurança ou incidente de deslocamento de competência.

**QUESTÃO 60**

Segundo o Código de Processo Civil, a prova deve ser produzida na fase instrutória. Contudo, admite-se a produção antecipada da prova caso

- (A) a prova a ser produzida paute-se em fundado receio de que venha a tornar-se possível ou muito plausível a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- (B) a prova a ser produzida seja suscetível de impedir a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
- (C) o conhecimento prévio dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação e instauração da lide.
- (D) a prova ser produzida recaia sobre direito indisponível, mesmo sem haver risco do perecimento da prova.
- (E) a prova a ser produzida paute-se de receio de que haja impedimento ou suspeição do perito judicial ou da testemunha do caso.

**QUESTÃO 61**

Quanto à força probante dos documentos, de acordo com o Código de Processo Civil, têm o mesmo valor do documento original

- (A) as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências ou de outro livro a cargo do escrivão ou do chefe de secretaria, se extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas.
- (B) os traslados e as certidões extraídas por oficial particular de instrumentos ou documentos lançados em suas notas ou de outro livro a cargo de assessor ou do chefe de secretaria.
- (C) as reproduções dos documentos particulares, mesmo que desprovidas de verificação por oficial público ou conferidas em cartório com os respectivos, na ausência dos documentos originais.
- (D) as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pela parte, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade pelo juízo.
- (E) as reproduções e cópias de documentos públicos e particulares, declaradas pelas partes, mesmo perante indícios de que a materialidade ou o conteúdo ideológico do documento sejam falsas.

**QUESTÃO 62**

De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deixará de julgar o mérito da causa quando

- (A) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- (B) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de prescrição.
- (C) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação.
- (D) verificar a ausência de pressupostos de constituição e validade do processo.
- (E) reconhecer a renúncia ou a desistência de uma das partes no processo.

**QUESTÃO 63**

Conforme o Código de Processo Civil, é título executivo judicial

- (A) a decisão proferida que reconheça a inexigibilidade de obrigação de pagar.
- (B) a decisão que extingue o processo ou procedimento sem análise do mérito.
- (C) a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- (D) o formal e a certidão de partilha, para terceiros, no processo de inventário.
- (E) o laudo pericial de auxiliar da justiça quanto à matéria periciada no processo.

**QUESTÃO 64**

No que tange às regras do Código de Processo Civil para os processos que tramitam em tribunais, da decisão proferida pelo relator, caberá

- (A) Agravo de Instrumento.
- (B) Recurso Ordinário.
- (C) Recurso Extraordinário.
- (D) Recurso de Apelação.
- (E) Agravo Interno.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 65**

Ante a litigância de massa, o Código de Processo Civil adotou alguns instrumentos jurídicos para gerar celeridade e harmonização dos julgamentos judiciais. Nesse sentido, para propiciar soluções mais céleres às demandas, nos casos de pluralidade de autores em demandas semelhantes, o Código instituiu

- (A) a arguição de inconstitucionalidade, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- (B) a assunção de competência, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- (C) o caso piloto, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- (D) o conflito de competência, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- (E) o *leading case*, quando tomará como base o precedente firmando em demandas repetitivas, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolvendo relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

**RASCUNHO****RASCUNHO**

**QUESTÃO 66**

Nos termos do artigo 647 do Código de Processo Penal, conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. A concessão da ordem de *habeas corpus* poderá ser

- (A) concedida de ofício, pelo juiz ou pelo tribunal em processo de competência originária ou recursal, somente quando conhecidos a ação ou o recurso em que foi veiculado o pedido de cessação de coação ilegal.
- (B) expedida de ofício, por qualquer autoridade judicial ou policial, no curso de qualquer processo judicial ou de investigação criminal em que for verificado que alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por violação ao ordenamento jurídico.
- (C) concedida de ofício, pelo juiz ou pelo tribunal em processo de competência originária ou recursal, ainda que não conhecidos a ação ou o recurso em que foi veiculado o pedido de cessação de coação ilegal.
- (D) expedida de ofício, por qualquer autoridade judicial ou policial, no curso de qualquer procedimento de investigação criminal em que for verificado que alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por violação ao ordenamento jurídico.
- (E) motivo para obstar o processo judicial relativo ao caso analisado, mesmo que este esteja em conflito com os fundamentos daquela.

**QUESTÃO 67**

Nos crimes de ação privada o inquérito policial será iniciado

- (A) por ofício.
- (B) por requisição da autoridade judiciária.
- (C) por requisição do ministério público.
- (D) por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- (E) por requisição do ministro da justiça.

**QUESTÃO 68**

O mandado de citação indicará

- (A) o nome do réu ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos.
- (B) a residência do réu, ainda que conhecida.
- (C) o juízo e o lugar, o dia e a hora em que a vítima deverá comparecer.
- (D) o nome do representante do Ministério Público.
- (E) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão.

**QUESTÃO 69**

Leia o caso a seguir.

O funcionário público "A" foi indiciado pela prática do crime de concussão em inquérito policial, sendo, em seguida, oferecida denúncia pelo Ministério Público. O juiz competente, ao receber a denúncia, manda citá-lo sem ordenar sua notificação.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O caso narrado

- (A) implicará em nulidade absoluta.
- (B) implicará em nulidade relativa.
- (C) implicará no não reconhecimento da nulidade por ter sido instruído por inquérito policial.
- (D) gerará nulidade por ter previsão legal para notificação preliminar em caso de crimes funcionais.
- (E) implicará em inexistência da citação.

**QUESTÃO 70**

Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá

- (A) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, independente da liberação pelos peritos criminais.
- (C) esperar o perito criminal colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (D) ouvir o indiciado, lavrando termo assinado por, no mínimo, três testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura.
- (E) ordenar a identificação do indiciado pelo código genético, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de mau comportamento.



**QUESTÃO 71**

Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que

- (A) condenar definitivamente ou absolver, desde que proferidas por juiz singular.
- (B) contenha ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.
- (C) condenar de forma contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.
- (D) denegar o recurso.
- (E) julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.

**QUESTÃO 72**

O juiz poderá conceder ao condenado a pena privativa da liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos desde que se verifiquem as condições seguintes: I - cumprimento de mais da metade da pena, ou mais de três quartos, se reincidente o sentenciado; II - ausência ou cessação de periculosidade; III - bom comportamento durante a vida carcerária; IV - aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; V - reparação do dano causado pela infração, salvo impossibilidade de fazê-lo. Essa afirmação diz respeito ao instituto jurídico denominado

- (A) livramento condicional.
- (B) suspensão condicional do processo.
- (C) suspensão condicional da pena.
- (D) perdão judicial.
- (E) revogação da prisão.

**QUESTÃO 73**

Entre as ações autônomas de impugnação no processo penal, destacam-se o(a)

- (A) ação rescisória, o mandado de segurança e a ação popular.
- (B) revisão criminal, o *habeas corpus* e a ação civil pública.
- (C) *habeas data*, os embargos de terceiro e o agravo em execução.
- (D) ação rescisória, a reclamação e o *habeas data*.
- (E) revisão criminal, o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

**QUESTÃO 74**

A Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, alterou vários dispositivos do Código Penal e do código de Processo Penal, modificando as possibilidades de destinação das coisas apreendidas, sendo que

- (A) após transitada em julgado a sentença condenatória, na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se o crime tiver vítima determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos.
- (B) após transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz, de ofício ou a requerimento do interessado ou do Ministério Público, passou a poder determinar a avaliação e a venda dos bens em leilão privado, por convite, cujo perdimento tenha sido decretado.
- (C) após apurar em leilão público, recolhe-se o dinheiro integralmente aos cofres públicos.
- (D) após apurar em leilão público, recolhe-se o dinheiro ao Fundo Penitenciário Nacional, exceto se houver previsão diversa em lei especial.
- (E) após apurar em leilão público, constatado o interesse público, o juiz poderá autorizar a utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública e privada.

**QUESTÃO 75**

Leia o caso a seguir.

A.F.S., preso preventivamente, foi julgado por supostamente estar envolvido em um esquema de contrabando de produtos ilícitos e em uma organização criminosa, em concurso de crimes. Ao final da instrução processual, que segue todos os parâmetros legais e principiológicos do direito processual penal, o juiz emite uma sentença condenatória, seguindo exatamente o que foi alegado na inicial acusatória.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a intimação da sentença será feita

- (A) ao réu, pessoalmente.
- (B) ao defensor constituído pelo réu.
- (C) ao réu, mediante edital.
- (D) ao réu, por hora certa.
- (E) ao réu, por intimação eletrônica no processo eletrônico.

**QUESTÃO 76**

A busca é meio de obtenção de prova previsto nos artigos de 240 a 250 do Código de Processo Penal, podendo ocorrer por meio de duas modalidades: domiciliar e pessoal. A busca tem natureza jurídica de ato administrativo, mesmo quando realizada com autorização judicial. A busca pessoal pode ser decorrente

- (A) da existência de flagrante delito no interior do domicílio ou cumprimento de mandado.
- (B) de determinação de ofício ou a requerimento de terceiros interessados.
- (C) da existência de mandado judicial, prisão em flagrante do revistado ou existência de fundada suspeita.
- (D) de ação realizada exclusivamente por mulher, quando feita em outra mulher, ainda que importe em prejuízo da diligência.
- (E) de mandado judicial, durante o dia, salvo se houver consentimento para ser realizada à noite.

**QUESTÃO 77**

A competência, no processo penal, refere-se à autoridade concedida a cada órgão judicial para julgar casos criminais específicos, sendo a medida e o limite da jurisdição. São as normas que estabelecem o direito do uso do poder judiciário em cada processo, garantindo a imparcialidade e a justiça nas decisões. Para definir a competência, devem-se observar os seguintes fatores:

- (A) lugar da infração; domicílio ou residência da vítima; natureza da infração; distribuição; conexão ou continência; prevenção; foro privilegiado.
- (B) lugar da infração; domicílio ou residência do réu; natureza da infração; distribuição; conexão ou continência; prevenção; prerrogativa de função.
- (C) lugar do resultado; domicílio ou residência do réu; natureza da infração; distribuição; conexão ou continência; prevenção; foro privilegiado.
- (D) lugar da infração; domicílio ou residência da vítima; natureza da infração; distribuição; conexão ou continência; precaução; prerrogativa de função.
- (E) lugar da infração; domicílio ou residência da vítima; natureza da pena *in abstracto*; distribuição; conexão ou continência; prevenção; prerrogativa de função.

**QUESTÃO 78**

O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução

- (A) das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- (B) dos crimes que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
- (C) das infrações penais de maior potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- (D) dos crimes que a lei comine pena máxima não inferior a 2 (três) anos, cumulada ou não com multa.
- (E) dos crimes que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, desde que não cumulada com multa.

**QUESTÃO 79**

Leia o texto a seguir.

É um tipo de prisão que só pode ocorrer durante a fase de investigação e não pode ser decretada durante o processo penal em si. Seu propósito é garantir a realização de atos ou diligências necessárias para a investigação. Ela tem um prazo fixo de duração e é aplicável aos supostos autores ou partícipes de crimes específicos.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Esse texto traz os elementos delineadores da prisão

- (A) preventiva.
- (B) em flagrante.
- (C) domiciliar.
- (D) temporária.
- (E) simples.

**QUESTÃO 80**

Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar

- (A) os ministros de Estado, incluindo nos crimes conexos com os do Presidente da República.
- (B) os governadores ou interventores nos Estados ou Territórios, e prefeito do Distrito Federal.
- (C) os secretários e chefes de Polícia, juízes de instância inferior e órgãos do Ministério Público.
- (D) os seus ministros e o procurador-geral da República.
- (E) os membros do poder legislativo, federal e estaduais.

## PROVA DISCURSIVA

### Questão 01

---

A legislação penal e processual penal geral (Código Penal e Código Processual Penal) e específica (leis extravagantes, a exemplo da Lei nº 9.099/1995) disciplina uma série de institutos jurídicos que possuem, como efeito geral, o afastamento do cumprimento da pena privativa de liberdade nos moldes tradicionais. Entre tais institutos jurídicos, merecem menção: suspensão condicional do processo (*sursis* processual), suspensão condicional da pena (*sursis*), transação penal, acordo de não persecução penal e substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ou multa. Por sua vez, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) possui disciplina específica quanto a alguns desses institutos, seguindo a regra geral quanto a outros. Considerando essa informação, responda: quais dos institutos jurídicos mencionados neste enunciado se aplicam aos crimes cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher e quais particularidades merecem ser consideradas nas possíveis aplicações?

(50 pontos)

### Questão 02

---

Qual a relação entre o princípio da duração razoável do processo com a teoria dos precedentes judiciais fundada no Código de Processo Civil (2015)? Na resposta conceitue o princípio, indique sua previsão normativa e comente sobre o sistema de precedentes judiciais.

(50 pontos)

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30